

Meu manuscrito foi recusado, e agora?

My manuscript was rejected, and now?

Frequentemente recebemos resposta de recusa ou solicitação de revisão extensa de manuscrito enviado para publicação em periódico de interesse. Diante de tal situação, sentimentos de revolta, inconformismo e/ou indignação tornam-se presentes e, muitas vezes, com uma intensidade que nos distancia da razão. Afinal de contas, nós, pesquisadores, que desenhamos e planejamos o estudo com tanto cuidado, encaminhamos para o Comitê de Ética e recebemos a aprovação, acompanhamos pacientemente as fases de coleta e de transformação de dados, nos deliciamos com os resultados das análises e preparamos o manuscrito com esmero, certamente esperávamos que os revisores e o editor do periódico que escolhemos fossem capazes de reconhecer o valor e a beleza de nosso estudo. Como lidar, então, com o recebimento de uma resposta quase educada do periódico pretendido, mas cujo conteúdo nos informa que nosso manuscrito não é relevante e/ou não está bem redigido ou adequadamente fundamentado? O fato é que, ao recebermos uma resposta de recusa, nos deparamos com um sentimento de rejeição pessoal que, muitas vezes, nos impede de aceitar as limitações do estudo e/ou os erros cometidos na sua elaboração.

Num segundo momento, questionamos: a quem devemos atribuir a culpa dessa situação? Será que o periódico não é tão bom quanto pensávamos? O editor-chefe ou editores de área não conseguiram entender o valor do manuscrito? Os revisores não realizaram uma avaliação adequada e isenta do nosso trabalho? É verdade que, em todas as fases de tramitação de um manuscrito em um periódico, há uma pessoa que está sujeita a erros.

No caso de solicitarem revisão extensa do texto, existe uma possibilidade, mesmo que muito pequena, de que, ao respondermos aos questionamentos dos revisores, o manuscrito possa vir a ser considerado para publicação no periódico. Nesse caso, os autores, muitas vezes, fazem um esforço enorme na tentativa de atender, responder e/ou redigir justificativas aos revisores sobre as críticas tecidas.

Na Revista Brasileira de Fisioterapia (RBF), um manuscrito pode ser recusado em diferentes etapas do processo de análise. O editor pode recusar um artigo antes de enviá-lo aos editores de área, pelo fato, por exemplo, de ele não atender a algum item especificado nas normas da revista¹, ou não se caracterizar como estudo original, uma vez que, ao realizar busca em base de dados, diversos artigos sobre o mesmo tema já tenham sido publicados na literatura. Uma outra recusa inicial pode ocorrer por decisão do editor de área. Em ambos os casos, o manuscrito não chega a ser enviado para revisão por pares. Por fim, a decisão de recusar pode resultar da avaliação negativa de pelo menos dois dos três revisores que analisaram o manuscrito, tendo ambos apresentado fortes argumentos para sustentar sua decisão.

¹ As normas da Revista Brasileira de Fisioterapia encontram-se disponíveis online no endereço: <http://www.scielo.br/revistas/rbfis/pinstruc.htm>

Os motivos que levam à recusa incluem, entre outros, o fato de o manuscrito submetido não se apresentar em conformidade com a política editorial da revista, não atingir sua prioridade (i.e, pode não apresentar mérito na fase de pré-análise), mesmo se o texto e a qualidade metodológica estiverem adequados. Quando recusados, os manuscritos devem ser acompanhados de justificativa substanciada do editor. Um fato importante que garante a isenção e imparcialidade no processo de recusa é o “cega-mento”, ou seja, os revisores permanecem anônimos aos autores, assim como os autores não são identificados pelos revisores por recomendação expressa dos editores, que emitem decisões imparciais e impessoais.

A qualidade dos pareceres emitidos pelos revisores nem sempre satisfaz os autores, mas certamente reflete a realidade das áreas de Fisioterapia e Ciências da Reabilitação. A RBF dá preferência para solicitação de revisão a pesquisadores ou profissionais reconhecidos em sua área da atuação, que tenham respeitabilidade na comunidade acadêmico-científica. Com o crescimento da área e aumento no número de programas de pós-graduação no país, a qualidade dos artigos submetidos bem como a dos pareceres emitidos tendem a melhorar substancialmente.

O processo de recusa de um manuscrito é uma experiência certamente já vivenciada por muitos de nós, incluindo os editores, editores de área e revisores que contribuem com a RBF. Algumas vezes, os manuscritos demoram tempo excessivo no processo de revisão por dependerem da pontualidade dos editores, dos editores de área e dos três revisores que os analisam. Todos nós somos submetidos às mesmas regras e condições inerentes ao processo.

O pesquisador que tem seu manuscrito recusado em um periódico pode inicialmente negar tal decisão. Entretanto, quando consegue ultrapassar a fase inicial, poderá encontrar meios de aprimorar o conteúdo de seu trabalho e submetê-lo a um outro periódico. Dessa forma, em vez de manter a atitude de buscar um culpado para justificar a recusa, essa situação deve nos fazer refletir, podendo inclusive indicar novos direcionamentos de investigação ou abordagens a serem testadas em futuros estudos.

A recusa de um manuscrito constitui um resultado possível no processo de avaliação e não deve ser entendida como uma perseguição pessoal ou encarada como um infortúnio desanimador.

Aparecida M. Catai
Débora Bevilaqua Grossi
Marisa Cotta Mancini
Editoras
RBF/BJPT